

Rádio e Desenvolvimentismo em Zita de Andrade Lima¹

Juliano DOMINGUES-DA-SILVA²
Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O presente artigo aborda a contribuição de Zita de Andrade Lima ao debate sobre a associação entre rádio e desenvolvimento regional. Foram alvo desta análise dois textos: (i) Regionalização do rádio e desenvolvimento nacional, publicado pela Vozes – Revista de Cultura, em 1969; e (ii) Situação atual dos meios de comunicação e sua influência no desenvolvimento político, cultural e socioeconômico das nações, publicado pelo Ciespal/Unesco em 1965. Em ambas as publicações, percebe-se uma reflexão guiada pelo princípio do direito à comunicação e desenvolvimento regional. Mais precisamente, esse debate é inserido no amplo contexto de princípios basilares da democracia, a saber: inclusão, participação, diversidade. Conclui-se que a reflexão proposta por Zita de Andrade Lima mantém-se atual, sobretudo na América Latina, ainda marcada por profundas desigualdades regionais e déficit democrático.

Palavras-chave

Rádio; Desenvolvimentismo; Regionalização; Democracia; Direito à Comunicação.

Introdução

Este artigo é parte do projeto “Radialismo no Brasil: cartografia do campo acadêmico – itinerário de Zita, a Pioneira”, o qual deu origem a livro homônimo. Nesse sentido, seu conteúdo aborda um dos aspectos específicos da trajetória de Zita de Andrade Lima: a sua face desenvolvimentista.

O objetivo principal deste texto é apresentar um quadro panorâmico e introdutório da sua contribuição ao debate da comunicação social como ferramenta de desenvolvimento econômico, cultural e político. Essa dimensão é explicitada em sua enfática defesa do rádio

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor e coordenador do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), jornalista (Unicap), cientista social (UFPE), mestre e doutor em Ciência Política (UFPE). Coordenador do GP Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom. juliano@unicap.br.

como o meio mais adequado para isso, sobretudo quando se tem como propósito o desenvolvimento regional.

Ao refletir a esse respeito, Zita fomentou, em âmbito nacional ainda na década de 1960, a discussão em torno de um tema essencial em democracias contemporâneas: o direito à comunicação. Embora não faça referência direta à expressão “democratização da comunicação”, é desse debate que Zita trata. A análise desenvolvida neste artigo permite essa inferência. Os textos foram redigidos há quase 50 anos, porém mantêm sua atualidade. Algo, a princípio, passível de ser interpretado como lamentável, porque um sinal de que o desenvolvimento regional ainda é uma questão em aberto no País.

Os textos aqui abordados são: (i) Regionalização do rádio e desenvolvimento nacional, publicado pela Vozes – Revista de Cultura, em 1969; e (ii) Situação atual dos meios de comunicação e sua influência no desenvolvimento político, cultural e socioeconômico das nações, publicado pelo Ciespal/Unesco em 1965. Desse contexto, emerge o rádio, por conta das suas peculiaridades, como meio pelo qual seria possível aprofundar princípios democráticos fundamentais como igualdade, participação e diversidade e, assim, promover o desenvolvimento das capacidades humanas.

Para se refletir sobre essa associação, o presente artigo foi dividido em duas etapas principais. Na primeira delas, intitulada “Mídia, democracia e desenvolvimento”, faz-se uma breve introdução a respeito da relação entre meios de comunicação e democracia. Trata-se de um pano de fundo teórico-conceitual em que os argumentos centrais de Zita relativos a desenvolvimento regional são inseridos. Isso ocorre na segunda etapa do artigo, na seção intitulada “Zita e o desenvolvimentismo nas ondas do rádio”. Assim, torna-se possível estabelecer associações entre aquilo que aponta a autora e o que está previsto na literatura sobre mídia e democracia. Um atestado da pertinência e contemporaneidade das provocações de Zita.

O quadro panorâmico aqui traçado pretende servir de elemento motivador para o resgate e preservação do papel desempenhado por Zita no campo da comunicação social, mais especificamente em relação ao debate sobre rádio e desenvolvimento regional. Quase meio século depois da publicação dos citados textos, o debate proposto pela autora permanece

atual. Isso, por si só, já justificaria o regate da contribuição de Zita de Andrade Lima. Mais do que isso: serve como um sinal de alerta.

Mídia, democracia e desenvolvimento

Um elemento central na reflexão de Zita de Andrade Lima aqui abordada é a ideia de desenvolvimento por meio do rádio. Como ponto de partida teórico-conceitual, portanto, vale a referência à parte da literatura em Ciência Política que prevê a classificação “democracia desenvolvimentista” (HELD, 1987; MACPHERSON, 1978). Suas raízes se encontram, fundamentalmente, no século XIX, em John Stuart Mill (1981), para quem um bom governo seria aquele capaz de oferecer aos cidadãos os meios pelos quais estes desenvolveriam suas capacidades humanas.

A efetivação desses meios se daria através da institucionalização de mecanismos de participação, cuja consequência principal seria a promoção de um caráter ativo, pelo qual uma sociedade progride. Acesso a educação e a informação em geral seriam condições necessárias para tanto. Em linhas gerais, esse é o argumento central a embasar a ideia de democracia enquanto ferramenta de desenvolvimento das capacidades humanas. Dele, origina-se boa parte do debate sobre meios de comunicação enquanto catalizadores desse processo de desenvolvimento, sob uma perspectiva claramente normativa.

Em tese, a mídia também deveria ser guiada por princípios de igualdade e participação (BAKER, 2009). Sob a perspectiva da democracia desenvolvimentista, bons governantes se empenhariam nesse sentido. Tais valores, uma vez operacionalizados por meio de políticas públicas, teriam como objetivo, basicamente, permitir maior distribuição de poder entre grupos distintos e, assim, proporcionar diversidade de pontos de vista (BAKER, 2007). O oferecimento de fontes alternativas de informação, para utilizarmos uma expressão célebre de Robert Dahl (2009), seria, portanto, pré-requisito para sociedades livres, plurais e igualitárias.

Esses pressupostos permeiam a argumentação apresentada por Zita, defensora do rádio como instrumento indispensável na busca desse progresso cultural, sociocultural e econômico. Recorrentemente, a autora associa o acesso à informação a condições necessárias ao desenvolvimento local. Por conta das suas características em termos de técnicas e linguagem, o rádio seria um facilitador desse processo. Certamente, a experiência da Zita profissional na

área (Zita trabalhou como produtora, por exemplo, na Rádio Olinda) aliada ao aporte teórico-conceitual acumulado pela Zita pesquisadora fortaleciam seus argumentos nesse sentido, conforme será destacado adiante.

A defesa da conexão entre acesso à informação e desenvolvimento proposta por Zita é passível de ser classificada como de vanguarda à época. Trata-se de algo que, gradualmente, a literatura sobre democracia e meios de comunicação passou a verificar empiricamente, sobretudo a partir da associação positiva entre mídia e democracia. A associação entre mídia livre e democracia liberal, por exemplo, é amplamente aceita no mundo contemporâneo (RABOY, 2005; BAKER, 2009; DAHL, 2009).

Ressalte-se que o conceito de democracia liberal aqui adotado pressupõe liberdade com igualdade, conforme reflexão desenvolvida por Sartori (1994). Sob esse prisma, a mídia desempenharia papel relevante em processos de democratização das sociedades, porque dotada do potencial de torná-las mais livres e igualitárias (DOMINGUES DA SILVA; BARROS, 2014; RABOY, 2005). Ao mesmo tempo, quanto mais robustos em termos democráticos, melhores tendem a ser os índices de desenvolvimento dos países (DJANKOV *et al.*, 2001).

Princípios como igualdade, participação e pluralidade passam a ocupar o centro do debate sobre mídia e democracia. Esse pressuposto está previsto no relatório MacBride, da Unesco, que conceitua democratização da comunicação como um “processo mediante o qual 1) o indivíduo passa a ser um elemento ativo e não um simples objeto da comunicação; 2) aumenta constantemente a variedade de mensagens trocadas; 3) aumenta também o grau de qualidade da representação social na comunicação” (MACBRIDE, 1987, p. 289 *apud* BRITTOS, 2010, p. 32-33). Esse entendimento é amparado por teorias normativas, segundo as quais, numa democracia, os indivíduos devem desfrutar de condições perfeitas para manifestar seus pontos de vista (DAHL, 2009; BAKER, 2009; CMPF, 2013).

A associação é lógica e simples: a relação entre mídia e democracia acaba por impactar o desenvolvimento das nações. Evidências associam concentração de mídia, por exemplo, não apenas a baixos índices de liberdade de imprensa, mas também a déficit em termos de liberdade política e indicadores de saúde da população (DJANKOV *et al.*, 2001), passando, ainda, por altos índices de corrupção (HOUSTON *et al.*, 2011). Dados dessa natureza

reforçam a premissa levantada por Zita em seus textos aqui destacados: mídia local, diversidade, respeito a especificidades regionais estariam associados a indicadores de desenvolvimento. Esses aspectos são onipresentes na reflexão da autora sobre o papel a ser desempenhado pelo rádio nas sociedades contemporâneas, sobretudo naquelas mais carentes em termos socioeconômicos.

Ressalte-se que uma mídia livre não seria somente aquela sobre a qual não se observa intervenção governamental significativa, por meio de monopólio ou oligopólio (RABOY, 2005). Essa seria uma condição suficiente, mas não necessária (CMPF, 2013). Esse entendimento também é endossado pela Unesco, cujo posicionamento está explicitado em documento recente intitulado *New Communication Strategy* (2006). Nele, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura se refere diretamente ao tema pluralismo de mídia (*media pluralism*) nos seguintes termos:

Uma democracia vibrante requer uma mídia independente e plural, livre de controles governamentais, políticos e econômicos e com acesso a equipamentos e infraestrutura necessárias para a produção e disseminação de produtos midiáticos e programas (UNESCO, 2006, n.p.)³

Nesse mesmo documento, a Unesco defende a necessidade de políticas regulatórias que incentivem o pluralismo de mídia como medida essencial de proteção e promoção da democracia. Volta-se à premissa inicial da ideia de democracia desenvolvimentista: bons governos são aqueles que oferecem aos cidadãos meios pelos quais é possível o desenvolvimento das suas capacidades humanas, o que inclui sistemas de comunicação. Um ambiente de mídia plural, argumenta o documento, fomenta a diversidade em termos de número de jornais impressos, emissoras de rádio e de TV. Com isso, permite a manifestação do contraditório, por meio de um amplo leque de opiniões distintas entre si, em níveis local, nacional e global.

A presença do poder público é, portanto, fundamental para a efetivação desse cenário. Esse elemento também está presente em Zita. Em trechos abordados adiante, é possível

³ Livre tradução do original em inglês: *A vibrant democracy requires an independent and pluralistic media, which is free from governmental, political or economic control and with access to the materials and infrastructure that are needed for the production and dissemination of media products and programmes* (UNESCO, 2006, n.p.).

verificar referências diretas ao papel da Unesco nesse contexto, bem como à responsabilidade do poder público no fomento à comunicação local como ferramenta de desenvolvimento regional. Algo que, de acordo com a autora, vinha sendo negligenciado à época. Ressalte-se que embora localizada no tempo na década de 1960, a reflexão e a crítica ao descaso do poder público ainda permanece atual.

A literatura sobre mídia e democracia também sugere que os aspectos ameaçadores da ausência de pluralidade estariam presentes em contextos fortemente influenciados tanto pelo poder político quanto pelo poder econômico. Esse pluralismo pode ser do tipo externo ou do tipo interno (SMITH; TAMBINI, 2012). No primeiro caso, trata-se, sobretudo, de estrutura de mercado, número de empresas em disputa por audiência, por exemplo, e competitividade entre elas. No segundo caso, aborda-se, fundamentalmente, o conteúdo veiculado por essas empresas de mídia. É ponto pacífico que a concentração de mercados dos meios de comunicação de massa também é observada – e alvo de crítica – em regimes democráticos. Nesses casos, porém, ela se dá na esfera privada (DJANKOV *et al.*, 2001; BECERRA; MASTRINI, 2009).

O debate teórico e empírico contemporâneo sugere, portanto, uma associação positiva entre mídia plural e democracia (SILVA, 2015). Quanto mais plural seu sistema de mídia, mais democrático tende a ser o país (DOMINGUES-DA-SILVA, 2014) e, ao mesmo tempo, melhores tendem a ser seus índices de desenvolvimento (DJANKOV *et al.*, 2001). Há quase meio século, Zita de Andrade Lima já alertava com propriedade para essa associação, conforme abordado no tópico seguinte.

Zita e o desenvolvimentismo nas ondas do rádio

A dimensão desenvolvimentista da prática comunicacional é destacada por Zita de Andrade Lima ainda na década de 1960. No texto “Regionalização do rádio e desenvolvimento nacional”, ela parte de um pressuposto fundamental, segundo qual “o desenvolvimento do indivíduo está indissoluvelmente ligado à sua capacidade de expressão oral” (ANDRADE LIMA, 1969, p. 31). Haveria, assim, uma conexão clara entre língua e progresso; entre língua e cultura; entre comunicação e desenvolvimento.

Desse pressuposto inicial, segue-se uma trajetória lógica. Infere-se que o incentivo ao desenvolvimento da capacidade oral estaria associado ao próprio desenvolvimento do indivíduo enquanto ser humano. Do ponto de vista coletivo, isso traria consequências benéficas ao local em que esse indivíduo estivesse inserido. E, por suas características básicas, o meio de comunicação capaz de ampliar de modo significativo esse potencial seria, obviamente, o rádio. Afinal de contas, a expressão oral é a ferramenta indispensável à prática do radialismo.

Nesse contexto, a autora constrói uma defesa da linguagem falada, da comunicação não necessariamente realizada por meio de signos gráficos, a qual exigiria daqueles envolvidos no processo um conhecimento prévio para se efetivar uma dupla ou múltipla decodificação. A proposta é a da inclusão através da comunicação. Por meio da fala-audição, da mensagem articulada-auditiva, o processo comunicacional se efetivaria, segundo Zita, de forma simples, em que se observaria uma decifração quase que instantânea por parte do receptor.

Afirma a autora:

A mensagem articulada-auditiva, sobre ser natural – pois todo homem fala uma língua cuja sintaxe aprendeu inconsciente e que apenas a vai aperfeiçoando a cada acréscimo de vocábulos e normas específicas de construção da frase – é, por isso mesmo, a de mais simples e instantânea decifração pelo receptor (*ibidem*, p. 33).

O fato de ser simples e mais acessível, porém, não justificaria qualquer negligência em relação a técnicas de comunicação especificamente voltadas ao rádio – muito pelo contrário. A defesa da comunicação oral, de forma genérica, prepara terreno para o foco principal da autora: a necessidade de maior precisão quanto à linguagem. Perder de vista esse aspecto significaria comprometer o processo de recepção, uma vez que a comunicação radiofônica é direcionada a um público específico, localizado em um determinado território, possuidor de especificidades em termos de crenças e valores.

Zita defende, assim, a regionalização do rádio.

A comunicação radiofônica é dirigida a uma audiência especificada, quanto à língua e à linguagem empregada. Essa audiência, embora constitua uma massa dispersa, está localizada em um território limitado, isto é, numa região em que a mensagem para ser recebida e decodificada necessita expressar vivência, experiência e aspirações ao nível sociocultural da massa receptora (*ibidem*).

Para ilustrar, a autora apresenta a BBC e sua rede de emissoras locais e regionais como exemplo de sucesso. Nesse ambiente, a comunicação via rádio, executada pelos chamados “artistas do verbo”, estaria apta a conquistar ampla audiência. Ao se comunicar a partir de parâmetros locais, específicos, os meios de comunicação regionais consolidam laços de credibilidade e de confiança em relação ao seu público receptor. Isso acaba por se refletir, defende Zita, em índices de audiência: “Pois é fato constatado, em pesquisas as mais diversas, o da preferência da audiência pelas *suas* emissoras, as estações locais e regionais” (*ibidem*, p. 35, grifo da autora).

Ao fazer referência ao caso da BBC, a narrativa da autora estabelece, imediatamente, um contraste entre as realidades britânica e brasileira. Se no cenário britânico a linguagem regional, por meio do seu enfoque específico, seria uma demanda da audiência nacional, ela estaria longe de se tornar um fato no Brasil. Neste momento, surge em tons mais fortes um texto engajado na defesa da regionalização como ferramenta de desenvolvimento local, como parte integrante de um processo mais amplo: “Mas a regionalização do rádio brasileiro é, também, uma imposição da política de regionalização do próprio desenvolvimento econômico, o que parece não ter sido ainda bem compreendido pelo poder público” (*ibidem*, p. 37).

O fomento à regionalização representaria um incentivo àquilo que a autora classifica como “unidade na diversidade”, levando-se em conta “características geoeconômicas e histórias a cada área específica do nosso território continental” (*ibidem*). O argumento acaba por desaguar numa contundente e entusiasmada defesa da pluralidade de vozes: “É necessário, por isso, que não se omitam, tais organismos e o governo central, na distribuição planejada de frequências e emissoras por todos os pontos do País, sob critérios regionais, de acordo com as necessidades da população” (*ibidem*, p. 37). O rádio, enfim, é apontado por Zita como o veículo mais adequado ao fomento do que ela chama de “espírito desenvolvimentista”, imbuído de uma missão educativa e progressista.

A mesma ênfase em uma defesa do rádio como ferramenta de desenvolvimento também é observada no texto “Situação atual dos meios de comunicação e sua influência no desenvolvimento político, cultural e socioeconômico das nações” (ANDRADE LIMA, 1965). Apresentado no IV Seminário Regional sobre Ensino do Jornalismo e Meios de Informação Coletiva, promovido pelo Ciespal e realizado no Rio de Janeiro, seu conteúdo é essencialmente normativo.

A reflexão parte de dois pressupostos básicos: (i) os meios de comunicação influenciam de maneira decisiva o desenvolvimento econômico, social, cultural e político dos povos; (ii) que a escassez de veículos de comunicação priva a sociedade de informação e, conseqüentemente, interfere negativamente no seu desenvolvimento. Nesse sentido, Zita alerta: “Ousamos dizer de maneira clara, objetiva e direta, que a Unesco precisa olhar com olhos mais abertos as regiões onde os meios de comunicação além de escassos, são utilizados de uma maneira que dificilmente atingirão os objetivos visados” (*ibidem*, n.p.).

A autora insere o Nordeste nesse contexto de escassez em termos de meios de comunicação, o que, a partir da lógica por ela proposta, acaba por comprometer seu desenvolvimento se comparado a outras regiões do País. A construção do argumento de Zita leva o leitor, quase que naturalmente, a inferir que o incentivo ao rádio seria o meio de comunicação capaz de reverter essa realidade. É justamente esse o argumento central da autora:

Este grupo de trabalho deve considerar que, na região nordestina, o meio de comunicação mais eficiente é o rádio. No momento presente, estamos realizando uma pesquisa sobre o meio de comunicação mais próximo do povo. Os resultados até agora obtidos revelam ser o rádio (*ibidem*, n.p.).

Por meio do rádio, seria possível, acreditava a autora, modificar o que ela classifica como “aspecto feudal” de alguns modelos culturais do Nordeste. Como uma espécie de receituário para se atingir esse objetivo, Zita lista uma série de recomendações. Elas se baseiam na necessidade de se pensar a comunicação a partir das necessidades locais, com vistas ao desenvolvimento dos povos em seus aspectos culturais, econômicos e políticos. O foco

deveria ser o que ela classifica como “valores locais”. Essa missão caberia a instituições de ensino de Jornalismo, ao Ciespal e a ABI.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo principal ressaltar a contribuição de Zita de Andrade Lima à reflexão a respeito da associação entre rádio e desenvolvimento regional. Para isso, foram adotados como objeto de análise os seguintes textos: (i) Regionalização do rádio e desenvolvimento nacional, publicado pela Vozes – Revista de Cultura, em 1969; e (ii) Situação atual dos meios de comunicação e sua influência no desenvolvimento político, cultural e socioeconômico das nações, publicado pelo Ciespal/Unesco em 1965.

Em ambas as publicações, percebe-se claramente uma reflexão guiada pelo princípio do direito à comunicação. Mais precisamente, esse debate é inserido no amplo contexto de princípios basilares da democracia, a saber: inclusão, participação, diversidade. A partir do acesso à informação e aos meios pelos quais ela é produzida e difundida, o indivíduo encontraria os instrumentos através dos quais seria possível desenvolver suas capacidades humanas. Sob o ponto de vista da coletividade, o principal benefício seria o desenvolvimento local em termos socioeconômicos, culturais e políticos. E a principal ferramenta para tanto seria justamente o rádio.

A revisão de elementos teóricos-conceituais que abordam a relação entre democracia, desenvolvimento e meios de comunicação apontam uma clara aderência entre o debate proposto pela autora e o aprofundamento da democracia. Organizações democráticas como a Unesco e o poder público de modo geral teriam papel importante a desempenhar nesse sentido. O debate proposto por Zita de Andrade Lima permanece, portanto, extremamente atual, sobretudo na América Latina, ainda marcada por profundas desigualdades regionais e déficit democrático.

O tema da democratização da comunicação, seja relacionada a novas tecnologias e ao uso do espectro eletromagnético, está em pauta tanto em fóruns de entidades da sociedade civil organizada quanto na academia. Diante disso, pode-se afirmar que o resgate da contribuição da autora para esse tema se mostra necessário não somente como justa homenagem, mas por necessidade de ordem prática. Infelizmente.

Referências

ANDRADE LIMA, Zita de. Situação atual dos meios de comunicação e sua influência no desenvolvimento político, cultural e socioeconômico das nações, Rio de Janeiro, **Ciespal**, 1965.

ANDRADE LIMA, Zita de. Regionalização do rádio e desenvolvimento nacional, **Vozes – Revista de Cultura: Comunicação Social no Brasil**, ano 63, no. 1, 1969.

BAKER, C. Edwin. **Media concentration and democracy: why ownership matters**. Cambridge: New York, 2007.

_____. Viewpoint Diversity and Media Ownership, **Federal Communications Law Journal**, Vol. 61, n. 3, Article 5, p. 651-671, 2009.

BECERRA, Martín e MASTRINI, Guillermo. **Los dueños de la palabra**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

BRITTOS, Valério Cruz. Televisão, regulamentação e democracia na contemporaneidade. *In*: CABALLERO, Francisco Sierra; GALINDO, Juan Antonio García; RAMOS, Murilo César; DEL BIANCO, Nelia R. (orgs.). **Políticas de comunicação e da cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social – V Colóquio Brasil-Espanha de Ciências da Comunicação**. Brasília: Casa das Musas, 2010; São Paulo: Intercom, 2010.

CMPF – Centre for Media Pluralism and Media Freedom. European Union competencies in respect of media pluralism and media freedom. **Policy Report**, jan., 2013.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da UNB, 2009.

DJANKOV, Simeon *et al.* Who Owns the Media?, NBER Working Papers 8288, **National Bureau of Economic Research, Inc.**, 2001.

DOMINGUES-DA-SILVA, J.M. ; BARROS, C. T. G. . O Que Significa Democratização da Comunicação ? Limites e possibilidades de enquadramentos teóricos a partir de modelos de democracia. **Política Hoje** (UFPE. Impresso), v. 22, p. 47-72, 2014.

DOMINGUES-DA-SILVA, J. . Influência econômica sobre a mídia e democracia na América Latina: testando correlação entre variáveis. *In*: **XI Congresso Nacional y IV Congreso Internacional sobre Democracia**, 2014, Rosario, Argentina. Congreso sobre democracia, entre el malestar y la innovación: los nuevos retos para la democracia en América Latina. Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2014. v. 1.

SILVA, Juliano Mendonça Domingues da. **Frágil democracia e políticas de comunicação**: processos regulatórios, diversidade e concentração na TV aberta no Brasil e na Argentina (Tese) / Juliano Mendonça Domingues da Silva. – Recife, O autor, 2015.

HELD, D. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.

HOUSTON, Joel F.; LIN, Chen; MA, Yue. Media ownership concentration and corruption in bank lending, **Journal of Financial Economics**, 100, p. 326-350, 2011.

MACPHERSON, C.B. **A Democracia Liberal**. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

MILL, J. S. **Considerações sobre o Governo Representativo**. Editora Universidade de Brasília, 1981.

RABOY, Marc. Mídia e democratização na sociedade da informação. *In*: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada v. II**: as questões clássicas. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SMITH, Rachel Craufurd; TAMBINI, Damian. Measuring media plurality in the United Kingdom: policy choices and regulatory challenges. **Journal of Media Law**, 4(1), p. 35-63, 2012.

UNESCO. **Media pluralism**: Unesco's New Communication Strategy gives high priority to encouraging the free flow of information, to promoting its wider balanced dissemination, and to strengthening communication capacities in the developing countries. Bureau of Public Information (memobpi), 2006.